



PREFEITURA MUNICIPAL
FEIRA NOVA
Cidade da Inovação e Sustentabilidade

LEI MUNICIPAL 752/2025 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

EMENTA: Estima a Receita e Fixa a Despesa da Prefeitura de Feira Nova, para o Exercício de 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA NOVA**, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, a Câmara Municipal de Vereadores e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1.º Este projeto de Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Feira Nova, Estado de Pernambuco, para o exercício financeiro de 2026, no montante de R\$ 191.800.000,00 (cento e noventa e um milhões e oitocentos mil reais) compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes Executivo e Legislativo, direta e Indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal;

II - Orçamento da Seguridade Social, abrangendo o Poder Executivo, a Administração Direta e Administração Indireta, incluídos fundos responsáveis pela saúde e assistência social.

TÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Seção Única

Da Receita Total

Art. 2.º Na estimativa da Receita prevista neste orçamento foram consideradas as renúncias fiscais estabelecidas no Demonstrativo da Estimativa de Renúncia de Receitas, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO.



PREFEITURA MUNICIPAL
FEIRA NOVA
Cidade da Inovação e Sustentabilidade

Art. 3.º A Receita será realizada mediante a arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor de acordo com o seguinte desdobramento:

| | |
|----------------------------|----------------------------------|
| RECEITAS CORRENTES | <u>R\$ 147.673.616,20</u> |
| RECEITA TRIBUTARIA | R\$ 9.769.739,26 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO | R\$ 5.260.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | R\$ 3.442.854,99 |
| TRANSFERENCIA CORRENTES | R\$ 127.201.021,95 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | R\$ 2.000.000,00 |
| RECEITAS (INTRA) | <u>R\$ 6.240.000,00</u> |
| RECEITAS CORRENTES INTRA | R\$ 6.240.000,00 |
| DEDUCAO PARA FUNDEB | R\$ -12.015.616,20 |
| RECEITAS DE CAPITAL | <u>R\$ 49.902.000,00</u> |
| TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL | R\$ 49.902.000,00 |
| TOTAL | <u>R\$ 191.800.000,00</u> |

CAPÍTULO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA
Seção Única
Da Despesa Total

Art. 4.º A despesa do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social será realizada segundo as



discriminações previstas na legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

| | | |
|-------------|--|---------------------------|
| 0101 | CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA | R\$ 4.668.000,00 |
| 0201 | GABINETE DO PREFEITO | R\$ 2.421.300,00 |
| 0202 | SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | R\$ 7.735.604,06 |
| 2006 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ 37.783.000,00 |
| 2007 | SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO-AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO E PESCA | R\$ 2.465.000,00 |
| 2008 | SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E RODOVIAS | R\$ 1.522.000,00 |
| 2009 | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER | R\$ 5.804.719,53 |
| 0210 | SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | R\$ 624.000,00 |
| 0211 | SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO ADMINISTRATIVA | R\$ 3.440.000,00 |
| 3001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | R\$ 45.424.595,88 |
| 3002 | FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | R\$ 11.201.006,74 |
| 3003 | FEIRAPREV | R\$ 14.900.000,00 |
| 3004 | FUMDECA – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente | R\$ 7.191.077,60 |
| 3005 | FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | R\$ 46.619.696,19 |
| | TOTAL | R\$ 191.800.000,00 |

TÍTULO III
SEÇÃO ÚNICA

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADCIONAL E SUPLEMENTAR

Art. 5.º Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V do art. 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso III do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Créditos Adicionais Suplementares do total da despesa fixada, até o limite de 40% (quarenta por cento) do orçamento.



Parágrafo Único: O limite autorizado no Art. 5º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - Atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de saldo de dotações orçamentárias;

II - Atender obrigações do Sistema Previdenciário, com recursos de anulação de dotações orçamentárias;

III - Atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações de despesa da Unidade Orçamentaria da Câmara Municipal;

IV - Atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária;

V - Atender despesas vinculadas a convênios, observada a destinação prevista no instrumento respectivo e parágrafo único do Art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - Atender insuficiência de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Ensino e de Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações orçamentárias;

VII - Reserva de contingência, inclusive a conta de recursos próprios e vinculados, observado o que dispõe o art. 5º, inciso III da Lei Complementar nº 101/2000

VIII - Excesso de arrecadação de Receitas do Tesouro Municipal e

IX - Abrir créditos suplementares relativos as despesas financiadas por convênios novos ou reativados, não incluídos nas previsões orçamentárias na forma do que dispõe o artigo 7º da Lei 4.320/64, através de Decreto do Poder Executivo, para as alterações ou inclusões de grupos de despesa em categorias econômicas de atividades, projetos e operações especiais, sendo a fonte de suplementação o próprio convênio.

TÍTULO IV

SEÇÃO ÚNICA

DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Realizar operações de credito por antecipação de receita orçamentária nos termos do Art. 38 da Lei Complementar mº 101/2000, obedecidas as normas do Banco Central do Brasil e Resoluções do



Senado Federal, desde que as obrigações sejam pagas dentro do mesmo exercício de 2020;

II – Contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação e saneamento, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101/2000, de Resoluções do Senado Federal e disposições da legislação pertinente.

Art. 7.º Fica autorizado a criar, alterar, remanejar ou extinguir os códigos da Destinação de Recursos, composto de: Identificador de Uso – IDUSO, Grupo de Fontes de Recursos – GRUPO e Especificação das Fontes, respeitando a padronização das fontes definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Esta autorização abrange os créditos adicionais abertos e reabertos durante o exercício de 2026.

Art. 8.º O Poder Legislativo enviará cópia do ato a que se refere o caput deste artigo, no prazo máximo de quinze dias, para que o Poder Executivo proceda às devidas anotações em seus registros orçamentários e contábeis.

Art. 9.º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar e criar dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos e/ou sub-elementos de despesas que o compõem, desde que, não altere os valores dos grupos de despesas.

Art. 10. Fica autorizado o repasse de recursos financeiros do município ao Poder Legislativo e do Poder Executivo aos Fundos Municipais.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos, a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, contribuições e auxílios, às entidades privadas com ou sem fins lucrativos, amparadas por legislação municipal.

TÍTULO V
SEÇÃO ÚNICA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determinam o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

Art. 13. Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2026 e reabertos nos limites de seus saldos, segundo o disposto no § 2.º do artigo 167 da



PREFEITURA MUNICIPAL
FEIRA NOVA
Cidade da Inovação e Sustentabilidade

Constituição Federal de 1988, obedecerão à codificação constante deste projeto de Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Feira Nova, 29 de dezembro de 2025.

Atenciosamente,



JOEL CANDIDO GONZAGA
Prefeito